



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682602 - SP (2021/0233940-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : CARLOS EDUARDO DIAS DA CRUZ
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO DIAS DA CRUZ - SP394253
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS TEIXEIRA FRANCA (PRESO)
CORRÉU : CLEUBER PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS TEIXEIRA FRANÇA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0001341-96.2018.8.26.0530).

O paciente foi condenado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, às penas de 3 anos de reclusão, em regime semiaberto, e 300 dias-multa.

O impetrante sustenta, em suma, que, diante do reconhecimento do tráfico privilegiado, não haveria fundamentação idônea para a fixação do regime prisional semiaberto, notadamente em razão das condições favoráveis da paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja determinado o regime prisional aberto, com a substituição da pena por restritivas de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado nota-se que foram declinados os fundamentos para a readequação do regime, consoante se extrai da seguinte passagem (fl. 41-42):

A reprimenda foi assim determinada no julgamento do recurso de apelação: a pena-base é redimensionada para o mínimo legal, mantida a atenuante da confissão espontânea, sem repercussão na dosimetria, e inalterada a redução de 2/5, pelo reconhecimento do tráfico privilegiado. À minguada de causas modificadoras, fica a pena definitiva inalterada em 3 anos de reclusão e pagamento de 300 dias-multa, no piso.

O regime inicial semiaberto foi mantido em razão da natureza da droga e do concurso de agentes.

Nos termos da recente decisão proferida pela 6ª Turma do Colendo Superior Tribunal de Justiça no Habeas Corpus nº 596.603, mantenho o regime prisional semiaberto, pelos mesmos fundamentos expostos no r. Acórdão (fls. 364/372).

Ante o exposto, em cumprimento à decisão proferida pela 6ª Turma do Colendo Superior Tribunal de Justiça no Habeas Corpus nº 596.603, mantenho o regime inicial semiaberto.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência